


## CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL: COMO SE UTILIZAR DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA ORAL

### CONSTRUCTION OF BLACK IDENTITY IN BRAZIL: HOW TO USE MEMORY AND ORAL HISTORY

Recebido em: 01/02/2023

Aceito em: 20/02/2023

Rita de Cássia Grecco dos Santos<sup>1</sup> 

Thays Rodrigues Santos<sup>2</sup> 

**Resumo:** O presente artigo apresenta os possíveis caminhos que o Ensino de História deve seguir para abordar de modo crítico as questões étnico-raciais, visto que, por muitas décadas e ainda nos dias atuais, os conteúdos trabalhados nas salas de aula pelo país ainda abordam o negro, sobretudo, a partir da escravização. A leitura criteriosa, seguida da análise de obras como “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, da Lei nº 10.639/2003, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, além de outros autores que tratam das questões relativas ao Ensino da história e cultura afro-brasileiras embasa os pontos discutidos neste artigo, que visa apontar alguns dos principais problemas enfrentados quanto a obrigatoriedade de trabalhar não só as questões raciais, mas principalmente, questionar o *status quo*, além de promover o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, colaborando para o fortalecimento da presença negra na identidade brasileira e, conseqüentemente, na diminuição do racismo estrutural que assola nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Memória; História Oral; Lei nº 10.639; Formação de Professores.

**Abstract:** This article presents the possible paths that History Teaching should follow in order to critically address ethnic-racial issues, since, for many decades and even today, the contents worked in classrooms across the country still address black people. , above all, from slavery. The careful reading, followed by the analysis of works such as “Casa Grande e Senzala” by Gilberto Freyre, of Law nº 10.639/2003, of the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian History and Culture and African, in addition to other authors who deal with issues related to the Teaching of Afro-Brazilian history and culture, underpins the points discussed in this article, which aims to point out some of the main problems faced regarding the obligation to work not only on racial issues, but mainly, question the status quo, in addition to promoting the development of students' critical sense, collaborating to strengthen the black presence in Brazilian identity and, consequently, to reduce the structural racism that plagues our Society.

**Keyword:** History Teaching; Memory; Oral History; Law 10.639; Teacher training.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, Socióloga e Pedagoga, Professora Associada no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande - IE/FURG e Professora no Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: ritagrecco@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande - FURG - PPGH/FURG. Licenciada em História e Especialista em História, política, cultura e sociedade do RS pela FURG. Professora de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental no município do Rio Grande /RS. E-mail: thays\_rodrigues@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Há várias décadas o Ensino de História vem sendo repensado, com o intuito de tornar o conteúdo programático relevante para os estudantes.

Busca-se criar uma relação de pertencimento entre o aluno e o que ele aprende, de modo a permitir que ele crie sua própria identidade e passe a desconstruir preconceitos e comportamentos que estão enraizados em nossa sociedade.

Um dos maiores problemas brasileiros, consiste na presença do racismo velado, visto que temos muito presente em nosso cotidiano o mito democracia racial, instituída nos anos de 1930, por Gilberto Freyre, que afirmava que o preconceito e a discriminação devidos à cor da pele não existiam no Brasil, uma vez que, somos um país que convive pacificamente com suas diferenças raciais.

Somos uma nação que tem “orgulho” da sua miscigenação – exaltando os europeus (portugueses, espanhóis, alemães, italianos), tolerando os indígenas e, geralmente, relegando aos negros o papel de pobres seres aculturados e sofredores. Entretanto, sabemos que esta ideia de nação plurirracial ideal não condiz com a realidade enfrentada por negros e pardos no país e é preciso que se utilize o espaço escolar para estas discussões.

[...] Em relação ao conceito de nação, por exemplo, denunciado por representar uma concepção que enfatiza a homogeneização e a dominação de classe. O que devemos fazer: negá-lo ou discuti-lo, considerando sua potencialidade ou não para a compreensão das possibilidades de convívio e expressão da diversidade cultural e racial presente em nossa sociedade? (MONTEIRO, 2007, p. 21).

Tal fato pode ser comprovado pelo “esquecimento” a que foi relegada a cultura Afro-Brasileira e Africana, que só passou a ser discutida, com mais ênfase, a partir da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

A História passou a buscar novos caminhos para apresentar, em sala de aula, uma nova visão do negro. Por muitas décadas e, infelizmente, ainda hoje em muitas instituições, o ensino brasileiro, apresenta o negro como escravo, sofrido, maltratado, submisso, inferior e aculturado. Entretanto, as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, buscam ampliar os debates sobre estes temas, de modo que os alunos saibam as origens destes comportamentos, como negros e brancos se

relacionavam na sociedade durante o período da escravidão e como isto se reflete nas atuais relações sociais, de modo a pensarmos e construirmos uma sociedade realmente justa e igualitária.

Para tanto, a História pode se valer da memória – [...] na sua designação mais habitual, vulgar e cotidiana, corresponde muito habitualmente a um processo de lembrar fatos passados, ou aquilo que um indivíduo representa como passado (BARROS, 2011, p.317), evocando-a a partir de diversos processos de rememoração (gatilhos) e, também, da utilização da história oral como metodologia para tornar estas memórias um conhecimento histórico válido.

De acordo com Jaime Pinsk:

[...] ao contribuir para a compreensão das bases da sociedade brasileira, a situação dos negros, a origem de preconceitos (raciais, contra o trabalho braçal etc.), as relações sociais, com base no entendimento de um fenômeno que marcou a sociedade brasileira, com consequências até hoje. [...] O tema deve ser abordado de forma a aguçar o espírito crítico dos estudantes, levando-os no final a entender e combater preconceitos dentro e fora da sala de aula (2010, p. 31).

O resgate da identidade negra, em nossa cultura, com certeza não é tarefa das mais fáceis, visto que a referida etnia foi desqualificada e esquecida por longo período. Embora, o povo brasileiro seja, em sua maioria, negro e mestiço – o Brasil é o segundo país com mais negros no mundo, perde apenas para a Nigéria, mas ainda assim utilizamos como padrão o modelo europeu, que não corresponde as características físicas da maioria da população e, portanto, a relação de pertencimento/identidade entre aluno e conteúdo programático não se estabelece, o que fica evidente durante a prática docente quando o aluno questiona os porquês de aprender a História de países/povos que ele sequer conhece.

Sendo assim, percebemos que é urgente que evoquemos as memórias de nossos antepassados africanos, promovendo uma ligação entre o Brasil e a África, tal como ocorre com outras culturas (alemã e italiana, por exemplo).

Com a introdução do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana busca-se a correção de injustiças, a inclusão social, a desconstrução de preconceitos e a valorização do negro, ressaltando-o como uma das culturas formadoras do Brasil, visto sua riqueza e diversidade. Além de apresentar aos educandos um modelo mais próximo de suas características, promovendo assim a empatia com a História. Para que tal empreendimento tenha sucesso, é necessário que os professores também se dispam de seus preconceitos, e encarem de forma crítica e aberta as questões que

permeiam a diversidade, pois ainda se perpetua o discurso de democracia racial no Brasil, muito embora estejamos distantes de atingi-la.

## ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI Nº 10.639/03: CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Sabemos que um dos papéis da História é promover a reflexão e crítica sobre o passado e, também, do presente. Deste modo, ela contribui para que os indivíduos observem as permanências e mudanças históricas, e percebam o que pode ser melhorado na sociedade, quais os caminhos possíveis para esta mudança e o que é necessário fazer para que isto ocorra.

Quanto mais se problematizam os educandos como seres no mundo e com o mundo, mais se sentirão desafiados. Tanto mais desafiados quanto mais se vejam obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio, na própria ação de captá-lo. Não obstante, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, em um plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica e, por isso, cada vez mais desalienante (FREIRE *apud* BEISIEGEL, 2010, p. 87).

Sendo assim, ao abordarmos o problema racial no Brasil, verificamos que de modo geral, o brasileiro se incomoda em admitir que o racismo existe em nossa sociedade. Entretanto, embora muitos neguem ou finjam desconhecer a sua presença no cotidiano de negros e pardos, foi necessário que se criassem leis e políticas auto afirmativas que permitissem que, estes indivíduos tivessem as “mesmas” oportunidades oferecidas aos brancos.

Entre as diversas leis criadas sobre a questão afro-brasileira está a 10.639/03, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o país, de maneira a valorizar a contribuição desta etnia na formação do povo brasileiro.

[...] a história da África que somente entra em cena em muitos livros e aulas após o contato com os europeus. Foi preciso uma lei para nos “obrigar” a buscar inserir estes conteúdos nos currículos. Que representação destes continentes, sociedades, nações e povos ajudamos a construir? O que sabemos deles? Essa situação somente tem contribuído para fortalecer preconceitos (MONTEIRO, 2007, p. 20).

Quando nos referimos aos temas étnico-raciais, estamos diante de um dos assuntos mais marginalizados dentro da história escolar brasileira. Embora tenhamos uma população altamente

miscigenada, a cultura afro-brasileira ainda é um tema controverso para muitos professores que por despreparo (muitos sequer aprenderam sobre estes temas na graduação) ou até mesmo por seus próprios preconceitos, burlam as determinações da lei e abordam de modo superficial o tema, normalmente durante as comemorações do 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra.<sup>3</sup>

Todavia, como será possível a construção de uma identidade afro-brasileira se o tema não for amplamente discutido? No que tange à educação, como a escola deve cumprir a lei e contribuir para a diminuição dos preconceitos?

Acreditamos que a escola deve se renovar, promover atividades que levem o aluno a questionar a realidade, pois se o debate não ocorrer desde cedo, os preconceitos continuarão mantidos.

Se existem no interior de uma mesma sociedade diferentes culturas, então podemos falar de uma cultura escolar, que pode ser progressista, comprometida com o respeito e a dignidade dos diferentes seguimentos sociais que a compõem, ou, ao contrário, conservadora e responsável pela manutenção dos inúmeros preconceitos, sejam eles de classe, gênero, raça, credo e outros que a própria dinâmica social vai produzindo (FREITAS, 2011, p. 61).

Assim sendo:

A relação entre escola e cultura foi incorporada nas políticas educacionais visando três objetivos: o reforço da auto-estima dos alunos; o fortalecimento das identidades sociais; e a ampliação dos repertórios culturais [...]

O incentivo à cultura, em todos os seus matizes e definições, é um caminho importante que deve estar paralelo à promoção da cidadania em qualquer projeto educacional. De fato, as experiências culturais, dentro e fora da escola, complementam e interagem com a formação escolar (NAPOLITANO, 2010, p.73 -74).

Assim, percebemos que ensinar História é um processo ativo de criação de significados, tanto por alunos quanto pelos professores. Ele está em um “lugar de fronteira” onde ocorre a marcação de diferenças que se complementam, pois permite a troca, o encontro e uma nova criação cultural. Deste modo, a criação de uma identidade afro-brasileira, necessita deste encontro, destas trocas, pois cada indivíduo envolvido acaba por contribuir de alguma forma para esta.

## **ENSINO DE HISTÓRIA, HISTÓRIA ORAL E OS SABERES PRÉVIOS DO ALUNO**

---

<sup>3</sup> Instituído em âmbito nacional pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A ocasião é dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade e a data escolhida por coincidir com o dia atribuído a morte de Zumbi dos Palmares.

Para que o aluno agregue valor e significado ao que é apresentado em aula, faz-se necessário que o professor leve em consideração a “bagagem” do educando. Segundo Helenice Rocha (2013, p. 151) a História precisa se articular com as experiências de vida do aluno, pois somente assim ele terá interesse em aprender.

De acordo com, Ana Maria Monteiro:

[...] Nossos alunos, ao chegarem à escola são portadores de saberes, referências construídas nos grupos familiares que cultivam suas memórias: sejam memórias de trabalhadores, migrantes nordestinos, desempregados, de lutas e combates diários pela sobrevivência, de referências étnicas, religiosas que oferecem explicações do mundo e de seu devir. Constituem, na área da educação, os chamados saberes prévios que muitos de nós descartamos a priori, como expressões de ideologias que precisam ser superadas porque portadoras de preconceitos e fomentadoras de atitudes e comportamentos discriminatórios. Ou, às vezes, porque resultado de ensinamentos errôneos, ultrapassados, equivocados, a serem superados por nossas aulas nas quais a “verdadeira história vai ser ensinada” (2007, p. 12-13).

Levar em consideração o que o aluno traz consigo, segundo os estudos de Rüsen (*apud* CERRI, 2001), promove o entendimento que temos sobre a vida cotidiana uma vez que, estes conhecimentos prévios são dotados de historicidade. Afinal, são as reflexões que fazemos sobre nós mesmos e os outros no tempo, que nos permitem produzir um real conhecimento sobre a História. Sendo assim, para que os educandos possam produzir um conhecimento real e significativo sobre os fatos, neste trabalho, contemplamos a construção de uma identidade afro-brasileira, será necessário, que as experiências pessoais ou aprendidas fora do espaço escolar, destes alunos, sirvam de fonte de reflexão, para que estes reconheçam que outros em tempos passados também possuíram vivências semelhantes.

Alguns jovens, mesmo não tendo vivido as histórias de seus pais, podem incorporar de tal maneira a narrativa de seus ancestrais que sentem como se fossem eles próprios os atores do drama histórico pelo qual passaram os seus antepassados. Essa identificação pode levar a sentimentos muito fortes, a ponto de uma pessoa sentir as emoções, as dores, os afetos, os amores e os ódios contidos nas narrativas de origem de determinados grupos (FREITAS, 2011, p. 51).

Deste modo, podemos afirmar que a memória é uma fonte poderosa de conhecimentos, que deve ser tanto quanto possível, aproveitada pelo professor em sala de aula. A memória, portanto, não necessita de outras fontes que a validem e o professor pode se utilizar de diversos processos

evocativos para mobilizar as memórias de seus alunos. Apesar de muitas vezes, ocorrer uma supervalorização de momentos (memórias), é possível extrair valiosos conhecimentos destas narrativas.

De acordo com Ana Maria Monteiro (2007, p.15), **se trabalharmos em perspectiva crítica, através da qual as memórias espontâneas de nossos alunos são mobilizadas, tornam-se objeto de estudo e de possibilidades de recriação.** (grifo das autoras)

Ou seja, ao articularmos os processos de seleção cultural de conteúdos<sup>4</sup> e didatização<sup>5</sup>, possibilitamos que os alunos produzam sentidos e atribuam significados a partir das situações que se apresentaram durante a aprendizagem. Teremos assim, a construção de um real conhecimento pelo aluno, onde este, dotará de um valor real para si, aquilo que foi discutido em sala de aula.

Ao percebemos a memória como uma potente fonte histórica, visto que, possui uma forte carga de afetividade, está em permanente evolução, pois é parte de grupos vivos e por eles é carregada, além de se alimentar de lembranças, sejam elas individuais ou coletivas, podemos nos utilizar dela para desconstruir preconceitos e também dar voz a grupos esquecidos, caso da etnia afro-brasileira.

Infelizmente, a memória coletiva do povo brasileiro sobre o negro é altamente negativa. Os alunos não conseguem ter empatia com a referida cultura, visto que os negros são uma minoria marginalizada e deixada a margem da sociedade, sendo esta visão de extremo preconceito, difundida não só na escola, através dos livros didáticos, mas também pelas mídias (televisão, cinema, e nos últimos tempos a *internet*).

A presença africana na sociedade é assim ressaltada por um único ângulo, eliminando aspectos da subjetividade presente nas formas de resistência. A vitimização acaba por reforçar uma visão de submissão a esta condição.

Pesquisas têm revelado o impacto dessa abordagem na construção da memória e das identidades afro-descendentes no Brasil. Crianças e jovens têm dificuldades em se identificar com antepassados que castigados, eram chicoteados, eram considerados peças, coisas, mercadoria.

A presença e participação dos africanos e afro-descendentes na formação da sociedade brasileira precisa ser revista nos livros e aulas de história (MONTEIRO, 2007, p. 20-21).

---

4 O professor elege entre os vários saberes disponíveis na sociedade, incluindo os produzidos pela ciência, os saberes a serem ensinados às novas gerações. Esta seleção é enraizada socialmente e é histórica, revelando interesses, projetos identitários e de legitimação de poderes instituídos ou a instituir, sendo, portanto, passível de mudanças e redefinições.

5 Possibilita que os saberes selecionados pelo professor sejam possíveis de serem ensinados, serem transformados em objetos de ensino, através da mediação didática.

A História, deve favorecer a compreensão do presente e preparar os alunos para a vida adulta, de modo a despertar nestes indivíduos a compreensão de suas raízes culturais e heranças comuns. Com seu auxílio, os educandos terão potencializado o seu sentido de identidade e terão um maior interesse pelo passado, de modo a se sentirem partes desta história. O aluno necessita reconhecer-se como um sujeito histórico, como alguém que também produz história e que esta não é apenas a que está escrita nos livros, mas também a que está em permanente construção e acontece diariamente.

Silva e Fonseca (2010, p. 23) afirmam que [...] Não se trata apenas, portanto, de “matrizes indígena, africana e europeia na formação do povo brasileiro”: as identidades nacionais e outras são História em aberto, elas continuam seu permanente fazer-se e exigem explicações críticas.

Deste modo, percebemos que o papel do professor/historiador é fazer com que os alunos passem a ter uma relação com o passado público da época em que vivem, visto que devido ao imediatismo da vida atual, e a rapidez com que as informações nos chegam, principalmente através da *internet* e redes sociais. O educador, pode se valer das mídias para aproximar presente e passado, tornando assim, o processo de ensino e aprendizagem atrativo para o aluno.

Entretanto, muitos professores ainda são resistentes a utilização das mídias nas aulas de História, visto que em tempos de imediatismo, o conceito de História como fatos passados e imutáveis, acaba sendo descartada, pois ao se utilizar de ferramentas como a *internet* o aluno pode ligar em segundos o passado e o presente, sendo capaz assim de entrecruzar dados que lhes permitam analisar e criticar os fatos.

Uma das maiores ingenuidades dos educadores contemporâneos é a crença de que a escola pode se contrapor à mídia e à indústria cultural [...] a cultura escolar pode desempenhar, sob certas circunstâncias e dentro de limites, o papel de um importante pólo gerador de debates e pensamento crítico[...] mesmo em um tempo em que a relação entre a consciência e o ser social é marcada pela presença forte da mídia massificada[...] outras experiências culturais e sociabilidades mais tradicionais ainda são atuantes, tais como a própria escola, grupos político, família, igrejas, grupos profissionais, vizinhança[...] (NAPOLITANO, 2010, p. 83).

Levando em consideração que as vivências dos alunos fora da sala de aula também são um potente recurso para a aprendizagem, devemos fazer com que estes se sintam seres históricos e tenham interesse em buscar suas raízes.

Sabemos que os relatos orais vêm ganhando espaço no campo da pesquisa histórica há alguns anos, pois permitem que se recolham dados sobre grupos menos favorecidos (minorias), valoriza os



seres que vivenciaram determinados fatos importantes para as memórias coletivas e permitem que se saiba mais de determinados fatos ou períodos da história.

O professor pode se utilizar dos recursos da História Oral, em sua prática docente com os alunos, visto que estes podem de maneira prática vivenciar as memórias de determinados grupos e/ou fatos (família, igreja, festas, rituais), pois objeto e historiador são contemporâneos, pois, ela trata de uma “história do tempo presente”.

Educador e alunos podem se valer das narrativas para saber da vida cotidiana de determinados grupos, seus hábitos, rituais, práticas religiosas, etc. O aluno pode trazer à tona suas histórias familiares, seus saberes prévios, sua cultura, enfim, buscará dados que lhes permitam conhecer mais através do hábito da narrativa, que por tanto tempo foi a forma do homem perpetuar as suas memórias.

[...] às vezes, temos a impressão de que a história procura se comunicar, neste seu retorno à narrativa, como este seu elo perdido, que é a tradição dos relatos orais que tiveram e ainda tem grande significado para a manutenção das memórias coletivas. Narrar é uma maneira que a nossa cultura encontrou de lidar com o tempo e com o anunciado retorno da narrativa, talvez seja um sinal de uma reorientação das relações entre passado, presente e futuro (DECA *apud* SANTOS, 2008, p. 15).

Em se tratando da cultura afro-brasileira, podemos nos utilizar da metodologia da História Oral para buscar mais informações sobre memórias positivas que foram deixadas no esquecimento, visto que na memória coletiva do povo brasileiro, os negros são, na maior parte do tempo, lembrados pelo sofrimento, como seres escravizados e pacíficos diante deste fato. Entretanto, sabemos das resistências, da riqueza de seus rituais religiosos, danças, vestimentas, entre outros.

Porém, estes aspectos culturais não são explorados de forma contundente e significativa pela sociedade e, a escola é, sem sombra de dúvidas, um local cheio de possibilidades para lançar as bases da construção de uma identidade afro-brasileira que venha a permitir que negros e pardos se sintam valorizados enquanto indivíduos que tiveram sim, ancestrais que foram sequestrados, escravizados, maltratados, mas que resistiram, que lutaram como podiam para modificar sua condição.

Ao perceberem que assim, como seus ancestrais africanos souberam resistir aos preconceitos e maus-tratos, hoje, também podemos transformar a realidade dos negros dentro da sociedade brasileira, a partir da evocação de memórias carregadas não só de sofrimentos e agruras, mas também de lutas e significados positivos que podem passar a fazer parte da memória coletiva e desconstruir preconceitos há tanto tempo arraigados em nosso povo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar as questões raciais num país de passado escravagista não é uma tarefa simples, porque os preconceitos fazem parte da memória coletiva do povo, que, no caso brasileiro, finge não manter em seu cerne o vírus do racismo, que em época de redes sociais, se propaga com uma velocidade vertiginosa.

A memória virtual é pública e não possui um acervo, mas ocupa um papel importantíssimo na construção da memória coletiva, visto que, uma informação postada em uma rede social é capaz de atingir milhões de pessoas em segundos.

Assim como o racismo pode se utilizar desta ferramenta para se propagar, a mesma também pode ser utilizada para divulgar a riqueza cultural da etnia afro, além de fomentar as políticas de autoafirmação e leis que buscam a valorização de negros e pardos.

Deste modo, acreditamos que memória e história oral podem e devem ser utilizadas como fontes de construção da identidade negra no país, sendo utilizadas como ferramentas pedagógicas na escola, permitindo que os alunos se percebam enquanto seres históricos e agentes ativos de uma mudança de paradigma que nosso país precisa enfrentar.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Revista Tempos Históricos**, v.15, 1ºsem. 2011, p.317-343. Disponível em: <https://revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/5710>. Acesso em 29 abr. 2023.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Coleção Educadores. Recife: Massangana, 2010.

BRASIL. **Lei 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

CERRI, Luís Fernando. OS CONCEITOS DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E OS DESAFIOS DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA. **Revista de História Regional**, n. 6(2): 93-112, Inverno 2001. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural**: como prática na educação. Curitiba: Ibpex, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco (orgs.). **História e Educação**: territórios em convergência. Vitória: GM/PPGHIS/UFES, 2007, v.1.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: Carla Bazzanezi Pinsky (org). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 17-48.

ROCHA, Helenice. Sem bagagem não se ensina e nem se aprende História. In: SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. **Ensino de História, Memória e Culturas**. Curitiba: Ed. Crv, 2013. p. 151-168.

SANTOS, Jurandir dos Santos. História Oral, fontes documentais e narrativas como recursos metodológicos na educação. **Portal Programa Rede Social SENAC**, São Paulo, 05 de nov. 2008. (<http://www.zonadigital.com.br/redes>)

SILVA, Marcos Antonio, FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, n.60, 2010, p.13-33. Disponível em [www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf) Acesso em 26 abr./2023.